

DERCI PASQUALOTTO

LORETO LIBERTO

TrôpeGO

Florianópolis

2025

Trôpego
Loreto liberto
© Derci Pasqualotto

EDITOR	REVISÃO
Eduardo Cazon	Victor Anselmo
ASSISTENTE EDITORIAL	PROJETO GRÁFICO
Samantha Afllen	Eduardo Cazon
PREPARAÇÃO DE ORIGINAIS	IMAGEM DE CAPA
Paulo Henrique Pappen	Native Hut, Boris Grigoriev

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pasqualotto, Derci.

Loreto liberto / Derci Pasqualotto. – Florianópolis, SC : Trôpego, 2025.

ISBN 978-65-985440-2-7

1. Conflitos agrários. 2. Escravidão – Aspectos sociais – História. 3. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil). 4. Quilombos – Brasil – História. 5. Reforma agrária – Brasil – História. I. Título.

25-284564

CDD 333.3181

Índice para catálogo sistemático

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Reforma agrária: Brasil: História 333.3181.

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Trôpego
www.tropego.com
[@tropego.livros](https://www.instagram.com/tropego.livros)

Dedico este livro às muitas mulheres e muitos homens que,
sendo do povo, se tornaram líderes e contribuíram para mudar
nosso país e nossa história a partir de seus próprios sofrimentos,
sem nunca buscar a glória de heróis.

Sou grato a todos os que me ajudaram a ser o que sou, sem eles este livro não seria possível. Em especial a minha companheira Clara, aos filhos Tiago e Felipe, a Greice, amiga e nora e ao neto Hugo, todos parceiros a quem muito devo. Ao Felipe, que me incentivou, um obrigado especial.

“A rigor, a abolição da escravidão deveria se fazer seguir da reforma agrária, o inchaço de nossas cidades tem menos a ver com o processo de industrialização do que com a expulsão dos negros do campo, entregue ao latifúndio desde a colônia”.

Fernando Haddad

Prólogo

No início da década de 1980, como integrante da Equipe de Assessoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT), coordenei na cidade de Porto Nacional, antigo estado de Goiás, hoje Tocantins, uma reunião com posseiros vindos de Goiás, Maranhão, Pará e outros estados próximos, região dos maiores e mais truculentos conflitos entre posseiros, fazendeiros, latifundiários, investidores do agronegócio incipiente e grileiros. Nesse encontro, defrontei-me com duas personalidades emblemáticas que serão as duas figuras-chaves da história que pretendo contar. Um, o professor de uma escola municipal do interior do município de Porto Nacional, de nome Ariovaldo. O outro, Loreto, filho de um posseiro descendente de escravizados vindos de Pernambuco e morador de Xambioá, Tocantins.

A CPT foi criada em junho de 1975, em plena ditadura militar, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para ser suporte nas lutas dos posseiros da região da Amazônia e de outros trabalhadores rurais sem-terra de todo o Brasil. Seu trabalho de defesa e promoção dos direitos dos trabalhadores rurais pobres e, principalmente, posseiros negros descendentes de escravizados foi reconhecido imediatamente pela sociedade brasileira e pelas entidades que faziam oposição à ditadura militar. Foi reconhecido, também, por muitos organismos, entidades e governos internacionais, por denunciar e combater a repressão sofrida pelos posseiros. A CPT se assumiu como uma entidade de apoio à organização independente e autônoma desses trabalhadores. Faço essa referência por reconhecer o papel fundamental que ela exerceu na luta contra o regime militar, na defesa incondicional dos direitos dos trabalhadores rurais pobres sem-terra e posseiros do Brasil e no fortalecimento pela luta da reforma agrária. Essa referência nesta história é de estrita responsabilidade minha, pois pouco tempo depois deixei a equipe de assessoria da CPT para me dedicar a outras tarefas no Estado do Paraná, como funcionário público e participante da criação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), nascido em 1984. No entanto, meu relato girará em torno das figuras de Ariovaldo e Loreto, que foram objetos de minhas pesquisas e estudos, cada qual com suas contribuições.

Ariovaldo, um paulista que migrou para o norte de Tocantins, em Porto Nacional, em busca de terra para trabalhar e viver, como tantos outros escravizados, tornou-se posseiro. Pelo fato de ter tido a oportunidade, enquanto morava em SP, de frequentar o que, naquela época,

era chamado de escola primária e, posteriormente, de ginásio, tornou-se professor numa escola rural do interior de Porto Nacional, numa comunidade de posseiros.

Ariovaldo, ao longo de mais de vinte anos como professor, viveu e sentiu na pele o que é ser um posseiro numa terra sem leis, sob o controle de fazendeiros e grileiros usurpadores, manifestamente defensores do regime militar e por ele protegidos. Silenciosamente, tornou-se um estudioso autodidata do processo de ocupação da terra no Brasil e dos problemas enfrentados pelos posseiros, mormente negros e pobres vindos de inúmeros lugares em busca de um pedaço de terra para trabalhar, viver e manter suas famílias. Ao longo desses anos, como posseiro e professor, estudou a forma como a terra foi e continua sendo distribuída e ocupada e, também, como era a resistência dos posseiros em não serem expulsos dela. Além disso, buscou saber quem eram e de onde vinham os posseiros que ali estavam. Desenvolveu, através de um método simples e direto, um “curso sobre essas questões para repassar aos seus alunos”. Fazia isso fora do que o município determinava que deveria ser ensinado: ler, escrever, fazer contas e algumas noções de geografia e história. Era uma ação clandestina feita fora da escola.

Durante o encontro que coordenei, em nome da CPT, com posseiros da região, visando à sua organização para fazer o enfrentamento aos fazendeiros, latifundiários e grileiros, e organizar sua resistência e a forma de luta para buscar seus direitos, Ariovaldo me mostrou o caderno contendo o que ele tinha escrito sobre o assunto, que ele repassava para seus alunos. Eram espécies de aulas, escritas em tópicos ou capítulos, em torno de cinquenta páginas escritas numa linguagem simples e numa invejável caligrafia. Pedi que me emprestasse o caderno, que li, praticamente, num só fôlego. De imediato, pedi a permissão de fazer uma cópia xerocada, para poder avaliar com mais cuidado o rico material feito por ele.

Loreto, por sua vez, vivia na comunidade de Camba, Xambioá, formada por escravizados libertos vindos de Pernambuco e da Bahia que, após viverem quarenta anos na comunidade que tinham formado, foram expulsos violentamente por um grileiro que lhes tomou as terras. Agora encontrava-se na comunidade de Aiyê do Axixá e, junto com outros, estava se dedicando a organizar os posseiros dos povoados do Bico do Papagaio, em busca de garantirem sua permanência na terra que ocupavam.

O que se segue é um relato atemporal que mistura ficção, fatos ocorridos e informações atuais sobre a ocupação da terra no Brasil, bem como

a realidade do cotidiano dos posseiros e sem-terra, em sua luta; posseiros que, na sua maioria absoluta, são oriundos da triste história da escravidão do Brasil. É a história que Ariovaldo, Loreto e seu povo (como o griô Elias) me mostraram.

A estrutura do texto é composta pela história de Loreto, líder em formação, intercalada com as aulas do Caderno do Ariovaldo, professor-posseiro ou posseiro-professor. Elias, o griô, que mantém vivas as tradições de seus ancestrais, foi o mestre de Loreto.

O relato se passa numa região contextualizada, cujas referências geográficas são reais, mas os personagens levam nomes fictícios, já que misturo realidade e ficção.

A vida, às vezes, nos coloca em situações inesperadas. Ou, quem sabe, por razões diversas, somos nós que nos colocamos em situações que, embora planejadas ou calculadas, acabam revelando realidades e experiências de vida não conhecidas, ou propositadamente esquecidas, para manter a falsa e tão propalada teoria de sermos “uma pátria multirracial, com direitos iguais, cordata e sem diferenças entre quem vive a Casa Grande e os que vivem a Senzala”...

Vamos às histórias.

Continuamos uma sociedade escravocrata

A partir da narrativa de Ariovaldo e trazendo-a para os nossos dias, veremos que pouco mudou e que algumas coisas se agravaram. A ideia de supremacia branca ainda perdura. A concepção da elite econômica e política branca brasileira que controlava a economia, que tinha o poder político e governava o país, via a sociedade sob uma ética e uma moral distorcidas, feita pelos homens brancos para os homens brancos. Na sociedade deles não cabiam negros. Estes deviam permanecer em seus lugares; em outras palavras, deviam estar socialmente subordinados aos brancos, ocupar posições econômicas marginais e jamais pretender ser um igual. Daí, chamá-los de macacos – símbolo maior da desigualdade, preconceito e desrespeito – se tornou a mais evidente forma discriminatória de exaltar a supremacia da raça branca.

A escravização de brasileiros não acabou. O trabalho análogo à escravidão continua até hoje. Em 2022 tivemos mais de 1.970 casos confirmados e no ano de 2023 tivemos a emblemática situação de duzentos baianos trabalhando em situação análoga à escravidão, em três vinícolas do Rio Grande do Sul. É uma prova de que boa parte da elite branca ainda pensa e age como nos tempos do império.

A população negra e parda representa mais de 54% do total de brasileiros. É a maior população negra fora da África e a segunda maior do planeta, uma realidade desconhecida da maioria dos brasileiros, ou perversamente escondida. Mesmo assim, são poucos a ocupar cargos de comando nos organismos econômicos, sociais e políticos do país. Sua participação na produção das riquezas ou no comando das instituições se dá, na grande maioria das vezes, de forma subalterna e nos postos de trabalho menos remunerados.

A quase totalidade dos negros e pardos vivem nas periferias das grandes cidades ou em favelas. Os locais onde vivem quase sempre são em áreas de risco, sujeitas a desmoronamentos e enchentes, sem saneamento, redes de água, estrutura de educação, saúde, segurança, lazer e esporte para si e para seus filhos. São os mais vulneráveis em termos de oportunidades de trabalho e demais aspectos necessários para a manutenção de suas vidas e da sua dignidade. É a população brasileira com maior taxa de desemprego, de assassinatos de jovens causados pelas forças de segurança e a mais exposta à opressão das milícias e do tráfico de drogas.

Os homens e mulheres negros submetidos a essas condições são vítimas do que, hoje, chamamos de racismo estrutural, que nada mais é do que a ordem jurídica, econômica, social, política e cultural brasileira voltada para a preservação dos privilégios dos brancos e ricos. Nesta visão de sociedade, não cabe mais da metade da população brasileira, que tem que viver nas periferias das cidades e precisa se contentar, na sua maioria, a trabalhos braçais, à prestação de serviços ou ocupações temporárias e sem proteção social e trabalhista. Não deixa de ser a continuidade da sociedade comandada pela Casa Grande, com as Senzalas transformadas em núcleos de favelas e subúrbios.

Para os que optaram por ir para os quilombos a realidade não é diferente. O Brasil tem 485 quilombos registrados, dos quais 347 ainda estão em processo de titulação. Esses territórios ocupam 3,8 milhões de hectares de terra, ou seja, 0,5% do território nacional. Vivem nesses 485 quilombos 1,3 milhões de brasileiros, sendo que mais de 50% só nos estados do Maranhão e da Bahia. Boa parte destes quilombos estão ameaçados por fazendeiros, madeireiros, grileiros e mineradores.

A libertação dos não libertos

Sou um possessor, negro e neto de escravizados, que tive a oportunidade de estudar enquanto meus pais trabalhavam numa fazenda de café no interior de São Paulo. Como em São Paulo não encontrei trabalho para me manter, vim em busca de terra em Goiás. Junto com um grupo de outras famílias ocupamos uma área que, para nós, era terra livre, portanto poderíamos ocupá-la para trabalhar e viver. Depois de vivermos por anos nesta terra, formado nossa comunidade, construído uma escola, na qual me tornei professor, apareceu um fazendeiro dizendo-se dono daquela área. Fomos expulsos. Tivemos que ir para outra área e começar tudo outra vez. A partir desses fatos comecei a estudar, por conta própria, para entender por que havia tanta gente sem poder usar um pedaço de terra para viver e alguns poucos dizendo-se donos de grandes propriedades, muitas vezes totalmente improdutivas, ou em matas extensas.

As primeiras perguntas para as quais quis encontrar uma resposta foram: quem são esses possesores? De onde vieram? Conversando com os mais antigos e buscando alguns livros com conhecidos e amigos da cidade, que não eram vendidos e nem usados nas escolas, descobri que a maioria dos possesores são negros, descendentes dos escravizados e que depois de libertos foram proibidos de ocupar um pedaço de terra. A partir de 1850 só poderia se dizer dono da terra quem a comprasse.

Os negros, que deixaram as senzalas depois da lei que os tornou livres, foram trazidos da África pelos navios negreiros, arrancados à força do seio de suas comunidades ou comprados de algum traficante que os tinham capturado para serem vendidos como escravizados. Aqui chegados foram trabalhar nos engenhos de açúcar, fazendas de café, na criação de gado, em serviços domésticos dentro das casas grandes dos senhores ou em outras atividades extrativistas como a mineração, sem direito algum. Eram submetidos ao trabalho forçado, sob a vigilância tirânica dos feitores ou capatazes, com péssima alimentação, vivendo em senzalas que mais se pareciam a prisões, sem liberdade de se manifestar ou expressar sua crença e de se divertirem através de suas tradições culturais.

Ninguém sabe ao certo quantos foram trazidos nessas condições. Alguns estudos dizem que foram mais de 9 milhões. Temos registro de 4.864.374 pessoas trazidas à força da África, que foram distribuídas pelo Brasil, das quais 142.223 foram para a Amazônia, 836.832 para

Pernambuco, 1.550.356 para a Bahia, 2.263.913 para o Sudeste e o Sul e 54.041 para outros locais. Sem a menor sombra de dúvida, o número é muito maior do que os que esses registros contabilizam, pois muitos foram trazidos clandestinamente ou sem que as autoridades responsáveis os registrassem.

Naquela época os escravizados não eram considerados cidadãos e a Lei Nº 1, de 1837, proibia que os filhos de escravos tivessem educação. Eram proibidos de irem para a escola.

O Brasil foi o último país das Américas a acabar com o trabalho escravo. Oficialmente, o povo escravizado foi libertado no dia 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel. Essa data é celebrada todos os anos e, até aqui, é contada muito mais como forma de exaltar a bondade da princesa, que assinou a lei, do que como forma de pôr fim a um crime hediondo que condenou ao trabalho forçado milhões de negros e negras arrancados de suas terras de origem. Essa data não lembra e nem diz que a lei que os libertou foi fruto da luta e resistência dos próprios escravizados, de parcela da sociedade que apoiou essa resistência a partir dos movimentos abolicionistas, pela pressão de muitos países e pela conjuntura econômica que o império vivia. Essa é a forma de dizer que a elite branca brasileira daquela época, que comandava a economia, a política, a educação e a imprensa foi generosa e praticou um gesto humanitário ao libertar os escravizados. É, também, a forma de negar ou esconder a existência da população negra e sua história de sofrimento, fazendo crer que a população brasileira era majoritariamente branca.

No dia seguinte à assinatura da lei, as mais de setecentas mil pessoas que viviam escravizadas se viram libertas. Juridicamente, não tinham mais dono e poderiam organizar sua vida da forma que quisessem. Alguns, no entanto, econômica, social e culturalmente continuaram escravizados. Sua vida seguiu sem alterações: continuaram submetidos ou por não terem tido conhecimento da lei que os tinha libertado, ou por pressão e dominação dos fazendeiros e demais proprietários de escravos, que não concordaram com sua libertação e os mantiveram, por muito tempo ainda, sem lhes dar a liberdade que lhes fora concedida.

Para os que foram libertos, as alternativas que se apresentavam foram as mais adversas e duras que se possa imaginar. A mais imediata foi a de continuar a trabalhar para seus ex-donos com salários escorchantes e sem nenhuma proteção trabalhista ou social, obrigados a arcar com sua alimentação, moradia, cuidado dos filhos e todas as demais questões

ligadas à sobrevivência. Outra foi a de buscar trabalho nos centros urbanos como serviçais, sujeitando-se ao trabalho esporádico nas casas dos comerciantes e fazendeiros, em pequenos comércios ou na indústria incipiente da época; igualmente, sem nenhuma proteção trabalhista ou social e tendo que prover sua sobrevivência. Para os mais aguerridos, principalmente homens e mulheres mais jovens, a alternativa foi se embrenharem mata adentro em busca de terra para trabalhar, aos moldes dos quilombos já existentes antes da libertação, criados por escravizados fugitivos. Os que assim fizeram, imaginando que poderiam trabalhar por conta própria como agricultores autônomos e livres, não tinham conhecimento que estavam impedidos de poder ocupar um pedaço de terra pela Lei de Terras – Lei Nº 601, promulgada em 1850, que determinava que “as terras devolutas pertenciam à união e só poderiam ser ocupadas mediante compra ou concessão dada pelo governo federal”. Era uma lei preventiva, criada pelos donos da terra e a classe política, para manter seus privilégios e impedir que os escravizados libertos pudessem ocupar as terras ainda livres, que eram abundantes.

Os libertos pela Lei Áurea se viram sem trabalho, sem ter onde morar, sem comida, sem escola para seus filhos, sem assistência à saúde, sem poder ocupar um pedaço de terra para trabalhar e ganhar seu sustento. Livres, mas sem nenhuma política pública que lhes desse condições de iniciar uma nova forma de vida e sobrevivência. Esta é a origem da existência desse grande número de posseiros que estavam vagando pela imensidão do país em busca de um lugar para ficar, trabalhar e viver.

CAPÍTULO 1

Em busca da terra livre para viver

Josias, Tolentino, Juca, jovens escravizados, mais Capitu e Teodora, que trabalhavam como cozinheiras na casa grande, logo após a libertação abandonaram o engenho de cana-de-açúcar, em Pernambuco, e se embrenharam mata adentro em busca de terra para ser sua, nela trabalhar e viver como pessoas livres. Na caminhada, juntaram-se a eles homens e mulheres de outros engenhos, todos com o mesmo sonho de viverem livremente, sem a vigilância de um capataz tirânico, sem as crueldades do trabalho forçado e da vida imunda e desumana de uma senzala.

Partiram sem nada levar consigo a não ser as roupas que vestiam e alguns pequenos utensílios como facões, foices, uma ou outra panela que estavam ao seu alcance na hora da partida. Isso não importava, pois o sonho de ocupar um pedaço de terra, trabalhar, ter comida e, aos poucos, ter uma casa para morar e viver em liberdade superava qualquer preocupação de nada ter, naquele momento. Partiram com a esperança de ter de volta as crenças em suas divindades, praticar seus ritos sagrados, cantar e dançar conforme suas tradições culturais e ter vida livre.

Extasiados pela liberdade que se apresentava, sonhavam em se tornar agricultores e produzir seu próprio alimento; outros, mais sonhadores, queriam ter um engenho para produzir açúcar ou buscar outras atividades rentáveis. Para alguns, o sonho era conseguir recursos para voltar para a sua África, onde estavam familiares, amigos e suas origens.

Na fuga repentina, desordenada e sem qualquer preparação, com os poucos pertences que traziam e apenas os trapos que vestiam, viram-se sem comida, sem água para beber, sem a esteira de dormir, sem roupa para vestir e sem saber para onde ir. Mas os facões utilizados no corte da cana que traziam consigo e os poucos utensílios que tinham se mostraram extremamente úteis na mata, tanto para a sua defesa como para abrir as picadas por onde andavam. Para sobreviver, caçavam e coletavam frutos e raízes.

No primeiro momento isso foi suficiente e, com a euforia da liberdade, mantinham-se seguros do que queriam. Foram longas caminhadas, dia após dia, para se afastarem o mais longe possível, temerosos de serem recapturados. Não importava serem dias de muita fome, alimentando-se apenas de frutas silvestres e, quando encontrados, alguma caça ou peixe. Dormiam no chão acolchoado de folhas e aquecidos pela fogueira, que servia também para afastar os animais peçonhentos e os insetos. Não esmoreceram, apesar da dureza dessa fuga intempestiva, pois a vida na senzala era tão penosa ou mais do que caminhar sob o sol escaldante e dormir na mata sem nenhum conforto. Sua força era alimentada pela perspectiva de viverem livremente e serem donos de si mesmos. Alcançar a liberdade não tinha preço e não podia ser derrotada por esses desconfortos e sofrimentos.

O que os tornava fortes e destemidos era o entusiasmo de poderem decidir seu destino longe dos troncos dos castigos, das chibatadas dos capazes, do trabalho incansável, das noites dormidas nas senzalas úmidas, sem ar e fedorentas. O combustível que os movia era o desejo de ir

para longe, conquistar terra para trabalhar e viver, ter de volta a liberdade de se expressar através de suas crenças e ritos e se alegrarem com suas danças e cantos ancestrais, reconquistar a liberdade sexual, a vida afetiva, terem filhos, sem controle da casa grande e seus capatazes.

Após semanas e meses andando pelas florestas, se deram conta de que alcançar seu sonho seria mais difícil do que imaginaram. As terras, em Pernambuco, não estavam livres. Tinham sido destinadas a vários sesmeiros, que as tinham ocupado com vastas e improdutivas fazendas, mas, mesmo assim, mantinham vigilância em toda a sua extensão para não serem ocupadas. Em cada recanto que buscavam para se estabelecer, encontravam algum sertanejo que, em nome dos fazendeiros, os impedia de se fixar. Continuaram caminhando, cada vez mais para o oeste. Ao adentrarem o estado do Piauí, defrontaram-se com outra situação: os bandeirantes paulistas, que, em suas entradas em busca da escravização dos povos indígenas, tinham ocupado boa parte desse estado, demarcando as terras e deixando controladores e defensores de vastas áreas para impedir a sua ocupação por quem quer que fosse. A terra proibida para eles pela lei de 1850 estava sendo vendida a preços vis ou entregues para os caçadores de indígenas, para os que buscavam ouro e outros minerais para fazendeiros amigos dos políticos. Não havia nenhuma preocupação em tornar essas terras produtivas. Com tudo isso, o sonho de ocupar um terreno para trabalhar e construir sua vida em liberdade começava a fugir do horizonte.

Da mesma forma que os fugitivos de Pernambuco, da Bahia partiram vários outros grupos de escravizados libertos em busca de liberdade e terra. Em dado momento, encontraram-se no norte de Goiás, hoje estado de Tocantins, mesmo cada grupo percorrendo caminhos diferentes. Não há registros de quantos libertos de todo o Nordeste partiram, sem rumo, em busca de terra. Sabemos que foram muitos e de todas as partes, inclusive do Sudoeste. Os horrores da escravização os faziam sonhar e buscar um espaço para eles. Almejavam viver livres, trabalhar e ter seu alimento, criar seus filhos e relembrar sua cultura ancestral, sem a interferência de seus donos, a vigilância e as crueldades permanentes dos capatazes.

Os muitos retirantes que partiram de diferentes locais foram se encontrando pelo caminho. O número de pessoas aumentava a cada encontro, sem se perguntarem de onde cada um vinha ou para onde ia, apenas se juntando alicerçados pelo mesmo desejo. Dessas junções formavam-se novos grupos, alguns fixando-se em áreas que julgavam livres, dando

origem a comunidades ribeirinhas ou construindo povoados. Casais se formavam, geravam filhos. Alguns se separavam dos grupos com que tinham partido e criavam outros por afinidades de suas origens (tribos ou regiões da África). Cada um desenvolvia maneiras próprias de sobreviver na mata.

No entanto, nem todos continuaram a caminhada. Ao longo do caminho e do tempo, a necessidade da sobrevivência fez com que muitos desistissem. Vários deles aceitaram trabalhar para donos de engenhos, cafezais ou em garimpos como empregados. Outros se tornaram meeiros, indo morar e trabalhar na terra de algum fazendeiro e, com o aluguél da terra que ocupavam, entregavam ao proprietário a metade da sua produção. Meeiro vem da palavra “meia”, significando que o dono da terra ficava com a metade da produção obtida pelo morador. Havia outras formas ou designações para definir essa relação entre o dono da terra e os agricultores que trabalham por conta própria: agregados, arrendatários, parceiros. Todos com a mesma característica: pagarem ao dono das terras através da entrega de parte do que produziam.

Os que persistiram e continuaram sua busca pelo sonho da terra livre, saídos de Pernambuco, da Bahia ou de outros pontos do país, em dado momento foram parar nas longínquas e vastas matas na confluência dos rios Araguaia e Tocantins. As terras pertenciam à União e eram abundantes e despovoadas. Formaram agrupamentos, mais tarde chamados de povoados, sem gerar conflitos com os povos originários que viviam na região e respeitando seus domínios. Muitos, ao se fixarem nessas áreas, foram expulsos sucessivamente pelos fazendeiros ou grileiros que apareciam declarando-se proprietários daquelas terras. Mesmo expulsos, seguiram sua busca incessante por um lugar para se fixar, trabalhar e viver. Nessa saga, muitos pereceram sem nunca ter o sonho alcançado.

As terras banhadas pelos rios Tocantins e Araguaia eram de mata densa, totalmente desabitadas, a não ser por algumas comunidades indígenas. Terras que pertenciam à União, mas que até o momento ninguém havia requisitado ou tomado posse delas. A chegada dos escravizados libertos não causou nenhum estranhamento com os povos originários que lá viviam. Os novos chegantes respeitaram a individualidade e a cultura dos indígenas e não ocuparam suas terras. Vários povoados foram se formando na região. Para eles as terras eram livres e, portanto, poderiam ser ocupadas sem nenhum empecilho. Ao se estabelecerem, passavam a produzir os alimentos básicos, como arroz, milho, mandioca

e se abasteciam da caça e da pesca para suprir as demais necessidades de uma dieta minimamente capaz de mantê-los vivos e fortes. A região lhes oferecia uma grande quantidade de frutas silvestres, animais para caça e peixes nos rios.

Os povoados foram se consolidando e fizeram ressurgir as tradições culturais e religiosas: candomblé, rodas de samba, capoeira e outras. Estabeleceram regras mínimas de convivência comunitária e disciplinar, com uma certa hierarquia de poder entre eles. Criaram relações com outros povoados e com centros maiores, onde poderiam comercializar seus produtos e adquirir alguns bens fundamentais, como vestuário e ferramentas. Essa foi a origem de grande número de posseiros que passaram a viver no norte de Goiás, no oeste do Maranhão e no sul e sudoeste do Pará.

Entre outros, surgiu o povoado de Camba, à curta distância do rio Tocantins, fundado por descendentes diretos dos escravizados libertos que saíram de Pernambuco e da Bahia. Entre eles, seu Elias, neto de Josias; Raimundo, neto de Tolentino; e Capitu, Teodora e Roque, netos de outros fugitivos. Nem todos os que saíram de Pernambuco ou da Bahia chegaram em Camba.

CADERNO DO ARIIVALDO

Ausência do Estado

O Estado, enquanto instituição administrativa e promotora de políticas públicas, naquele período não existia, era totalmente ausente. Quem detinha o mando político local eram os grandes fazendeiros que elegiam os prefeitos, escolhiam e nomeavam os delegados de polícia, os donos dos cartórios e solicitavam do governo estadual a proteção policial para manter seus interesses. Mais tarde, eles usaram o regime militar para perseguir, expulsar e matar posseiros. Os fazendeiros e, mais tarde, os grileiros, madeireiros, mineradores e investidores do agronegócio se valiam de seu poder para obter os documentos necessários para requisitar a titulação de grandes áreas de terra de forma fraudulenta junto aos cartórios.

A partir dessa ocupação da terra, surgiram duas figuras emblemáticas na região: a dos posseiros e a dos grileiros, associada aos latifundiários e ao poder político local, estadual e federal.

Posseiros eram todos os que detinham a posse da terra: famílias, povos originários, trabalhadores agrícolas, enfim, os que cultivavam a terra para sua sobrevivência. Os posseiros, por desconhecimento ou pela ideia de que a terra era livre e sem dono, jamais se preocuparam em buscar a titulação prevista na Lei de Terras junto aos governos estaduais, que foram autorizados pelo governo federal para fazer a concessão e a titulação.

Cabe frisar que os posseiros são trabalhadores rurais que ocupam terras devolutas e as exploram em regime de economia familiar, sem nenhum documento que comprove terem a posse da terra (ou seja, que comprove terem requerido a titularidade junto aos governos estaduais ou federal). O posseiro não deve ser confundido com o meeiro, o parceiro, o arrendatário e o agregado que, para produzir, fazem acordos ou contratos (embora verbais) com os que se dizem donos das terras.

Grileiros são, geralmente, pessoas vindas de fora, que falsificam os documentos com anuência e participação dos cartórios, das autoridades e políticos locais para obterem a concessão e a titulação da área, quer estivessem ocupadas por posseiros ou livres. Para os grileiros, melhor seria se a propriedade já estivesse ocupada pelos posseiros, pois teriam terra já desbravada e pronta para receber os investimentos que desejassem.

A presença dessas duas figuras gerou uma situação de conflito violento e destruidor. Os grileiros, após obterem a concessão do título da terra de forma fraudulenta, agiam através de jagunços, para ameaçar, expulsar ou assassinar os posseiros. Contavam, para isso, com as autoridades locais como seus aliados. Para abafar a repercussão negativa desses crimes, faziam grandes campanhas, através da mídia, caracterizando os posseiros como invasores e malfeitores.

CAPÍTULO 2

O sonho desfeito

Loreto, quinze anos, filho mais velho de Raimundo e Josefa, irmão de dois meninos e três meninas, sonhava em ter um pedaço de terra, uma casa, casar e ter filhos, cuidar de seu roçado e viver feliz. Nada diferente dos demais moradores da comunidade de Camba (“comunidade de amigos”, num dos dialetos africanos), surgida com a chegada de escravizados vindos de Pernambuco e Bahia, localizada não longe do rio Tocantins,

em terras que hoje pertencem ao estado do Tocantins e, naquela época, ao estado de Goiás.

Tinha vida simples. Tudo o que sabia estava relacionado ao que aprendeu na escola comunitária de Camba, ao trabalho cotidiano e pacato da roça e à amizade fraterna e solidária das quarenta famílias que compunham a comunidade. Era assíduo participante das rodas de samba e capoeira e das cantorias ao som dos atabaques. Nada além disso, mas era cioso e atento com o trabalho que lhe dava sustento, através do qual podia adquirir vestuário, calçado, ferramentas e algumas outras pequenas coisas para o cotidiano de sua vida simples. Vida que lhe permitia folgar, divertir-se, caçar, pescar nos fins de semana ou nos dias em que não houvesse trabalho no roçado. Em muitas ocasiões, em tempo de lua cheia e pouco trabalho, todos se reuniam ao som dos atabaques e tambores para ouvir histórias dos mais velhos e entoar as cantigas trazidas da África. Era o momento em que todos os moradores de Camba se encontravam para celebrar a amizade e expressar sua alegria pela terra que tinham conquistado e o trabalho que lhes dava liberdade de viver.

O sonho de Loreto foi interrompido abruptamente quando seu pai Raimundo caiu sem vida, no pátio de sua casa de sapé, atingido por tiros desferidos por três jagunços a mando do grileiro Malaquias, que havia mais de um ano rondava a região dizendo-se dono das terras habitadas pelas famílias de Camba. Raimundo era a pessoa mais respeitada da comunidade. Era ele que orientava todas as atividades daquele povo: conduzia as rezas nas cerimônias do candomblé com o pai de santo Elias, animava as rodas de samba ou de viola, convocava os mutirões no tempo do plantio e da colheita, prestava socorro para as pessoas doentes, acompanhava os funerais para enterrar os mortos. Era um chefe respeitador, por isso, ninguém contestava sua liderança. Era neto de Tolentino e Capitu, saídos de Pernambuco, após a libertação do povo escravizado.

Loreto, do nada, se viu na obrigação de conduzir o funeral de seu próprio pai, tarefa que o deixou completamente desorientado, emocionalmente transtornado. Acabado o funeral, se viu na necessidade de assumir o comando da casa, cuidar da mãe e dos irmãos, dar continuidade aos trabalhos do roçado, garantir alimento e sustento para seus irmãos menores. Sentiu-se responsável por uma tarefa para a qual não estava preparado. Sua pouca idade e inexperiência não o tinham preparado para assumir todos esses encargos. Ele era apenas um jovem idealista e sonhador.

Sua desorientação foi aumentada pela decisão da comunidade de o tornar sucessor de seu pai na tarefa de manter a comunidade organizada e unida, principalmente diante da ameaça trazida pelo grileiro Malaquias. A comunidade inteira experimentava o medo do que poderia acontecer se não pudessem conter a sanha de Malaquias. Medo pela incerteza de continuarem vivos, na terra em que viviam havia mais de quarenta anos.

Passados alguns dias, os moradores se reuniram na escola da comunidade, local onde Loreto tinha se alfabetizado e aprendido as noções básicas da matemática e da escrita, e lhe confiaram a responsabilidade de organizar e comandar a resistência diante da ameaça destruidora de Malaquias. Sem mais, viu-se diante de uma dupla responsabilidade: ser chefe e arrimo da família e, com peso imensamente maior, ser líder da comunidade, com o desafio de enfrentar o grileiro que queria roubar-lhes as terras e a vida.

Voltou para casa mais atordoado ainda. Não dormiu e enquanto a noite não passava, muitas perguntas vieram à sua mente: como pode um grileiro, forasteiro e desconhecido, fortemente armado e acompanhado de capangas, dizer que aquela terra lhe pertencia? Como é que os antepassados de seu povo (bisavós, avós, pais, tios) tinham chegado até Camba e vivido por mais de quarenta anos sem ninguém dizer que aquela terra não podia ser deles? Como a terra, que para ele era livre e sem dono, deveria ser entregue a alguém que aparecia do nada para deixá-los sem poder trabalhar e viver? Como alguém poderia se dizer dono e, para tê-la sob seu domínio, usava a força da morte para expulsá-los? Haveria alguém que pudesse ajudá-los? Quem sabe o prefeito de Xambioá, sede do município ao qual Camba pertencia, que tinha vindo pedir votos para se eleger, poderia orientá-los?

Outras tantas perguntas e constatações, num turbilhão imenso, vieram à sua mente. Sua noite de sono se esvaiu com uma dúvida cruel: essa ameaça não será porque somos uma comunidade de negros, descendentes de escravizados? Nunca tinha pensado nisso. Mas na insônia daquela madrugada, lembrou-se das histórias contadas pelos seus avós e, principalmente, por Elias, nas quais eram descritas as agruras, as ameaças, o sofrimento, as mortes causadas pelas sucessivas expulsões até chegarem a Camba. Naquele instante, ao se lembrar da saga de seus antepassados, desde a partida de Pernambuco e da Bahia até a chegada em Camba, Loreto entendeu o porquê da presença do grileiro e suas ameaças.

Enquanto o dia não chegava e o sono teimava em não lhe dar sossego, Loreto se deu conta de que Malaquias era branco, rico, poderoso, tinha caminhonete, ferramentas e máquinas que eles não conheciam, armas e capangas sob seu comando. Nunca tinha morado por ali, ninguém o conhecia. Então, por que queria roubar aquelas terras?

Passou a noite nessa luta de pensar, sem encontrar respostas. Nem sabia por onde começar, pois sua vida até aí tinha sido tão fácil: trabalhar, conviver com a família e a comunidade, se divertir nas rodas de samba e capoeira, ou em pescarias e caçadas que as matas e rios ofereciam com fartura.

Dona Josefa, que era uma mulher simples, mas corajosa e sábia, ao amanhecer, percebendo a angústia e a desorientação do filho, conduzindo a líder da comunidade e responsável por dar continuidade à família, reuniu seus seis filhos e, de forma direta, falou:

— Agora ninguém pode largar a mão de ninguém, juntos vamos continuar nossa vida e enfrentar a nova realidade que a morte de Raimundo nos impôs. E você, Loreto, como filho mais velho, além de cuidar desta casa e de seus irmãos, vai ajudar a comunidade para que não se desfaça e para que não sejamos expulsos de nossas terras. Você tem meu apoio e de seus irmãos. Faremos tudo para que você ajude a comunidade. Levante a cabeça e vá em busca do que precisa ser feito.

Com lágrimas nos olhos, Loreto abraçou a mãe e os irmãos e, com palavras sem muito nexo, afirmou:

— Não sei como vou fazer isso, mas, com a ajuda de vocês e seguindo o exemplo de meu pai Raimundo, vou fazer o que puder.

Mal conhecia o tamanho da responsabilidade que estava assumindo, a encrenca em que havia se metido e os desafios que teria pela frente. Mas, como Raimundo, não era de pedir arrego e nem de se esconder, muito menos de fugir da responsabilidade que seu povo lhe confiara, apesar de seus quinze anos.

Nascia aí o líder Loreto, que aprendeu na marra que precisava ser forte, mal sabendo o que teria que fazer e quais caminhos percorrer. No entanto, não tinha tempo para se lamentar e precisava agir rapidamente para conter Malaquias e garantir vida e trabalho para seu povo.

Essa luta era de todos os habitantes de Camba, sob sua liderança. Nada podiam esperar dos poderosos e dos governantes que controlavam as leis e nada faziam para os ajudar. Partiu em busca de quem o poderia ajudar: os demais moradores, principalmente os que deram origem ao

povoado. Dentre todos, buscou primeiro os conselhos, a sabedoria e a coragem de seu Elias, de Xaviera e Josias, com os quais formou uma espécie de comando ou liderança para manter Camba livre da sanha de Malaquias.

CAPÍTULO 3

O povoado de Camba sob ameaça

Antenor e Elias foram os primeiros posseiros a chegar a Camba. Vieram ele, seu velho pai Matias, a esposa Luiza e mais quatro irmãos mais novos. Raimundo, bisneto de Tolentino, estava entre eles. Estabeleceram-se nas terras que ficavam quinze quilômetros ao leste do rio Tocantins, no município de Xambioá, numa várzea de terra boa para o plantio.

A caminhada de Pernambuco e da Bahia até Xambioá tinha durado mais de oitenta anos. Eles eram já a terceira geração dos que partiram. Fizeram várias tentativas de se fixar em outras áreas, mas em todas foram expulsos e precisaram continuar sua busca. Chegados nessa região, viram a possibilidade de concretizar seu sonho.

Cada qual escolheu um pedaço de terra que julgava suficiente para sua sobrevivência e construíram suas casas com barro e madeiras da região. Elas eram cobertas com palha de babaçu. Aos poucos seus irmãos também construíram suas casas, formaram família, tornando-se as primeiras pessoas a viverem em Camba. Com o tempo vieram outras, que formaram o conjunto de quarenta famílias que era a população do povoado, quando Malaquias apareceu, dizendo-se dono das terras.

Passados dois meses do assassinato de Raimundo, seu Antenor recebeu a visita do próprio grileiro. Malaquias chegou de mansinho, apresentando-se como amigo e dizendo-se interessado em comprar sua casa, as benfeitorias e seu roçado, pois gostaria de se estabelecer na região para formar uma fazenda de gado. Ofereceu um alto preço pela terra e as propriedades de Antenor.

Antenor, tendo passado por várias expulsões, desenvolveu a percepção que não poderia confiar em estranhos que quisessem comprar sua terra, mas, ao mesmo tempo conciliador e contemporizador, falou que não tinha interesse, porque essa era a terra com a qual sustentava sua família e porque gostava da casa que tinha construído com muito trabalho. Mencionou a existência dos irmãos e do velho pai Matias, que morava

com um de seus irmãos, e que não gostaria de se separar deles. Mencionou os vizinhos de comunidade com os quais gozava de grande amizade. Tudo isso lhe dava muito prazer em viver em Camba, portanto não tinha interesse em vender e se mudar para outro lugar, onde deveria começar sua vida do nada, novamente.

Malaquias, com sua tática maquiavélica, não se deu por vencido e propôs algo inusitado a Antenor: pagaria em dobro o valor de suas terras e benfeitorias, contanto que Antenor convencesse seus irmãos, seu pai e seus vizinhos a venderem suas propriedades também. Ainda, ajudaria com a sua mudança até a cidade de Xambioá. Mas Antenor manteve-se irreduzível.

Diante da negativa, Malaquias partiu para a ameaça, dizendo que as terras eram suas, que as tinha requisitado ao governo e tinha documento para provar.

— Se não aceitarem minha proposta amigável e minha ajuda para buscar outro lugar para viver, terei que usar a lei para tirar vocês daqui. E, se a lei não resolver, mando meus pistoleiros expulsarem vocês, aí todos sairão sem levar nada do que construíram em minhas terras. Vocês devem saber que invadiram esta propriedade. Tomaram conta do que me pertence e eu vou buscar e defender o que é meu, mesmo que precise da ajuda dos capangas que trabalham comigo.

Diante de tamanha ameaça, da lembrança da morte violenta de Raimundo e das sucessivas expulsões de que fora vítima, Antenor tentou ganhar tempo:

— Pois bem, o senhor volta dentro de quinze dias que eu lhe dou uma resposta. Preciso conversar com meus familiares e vizinhos para que possamos tomar uma decisão sobre a sua proposta. Vou fazer isso, mesmo sabendo que essa terra não é sua. Nós chegamos aqui há mais de quarenta anos e ela era uma terra livre, sem dono e, por isso, nós a ocupamos para sustentar nossas famílias. O senhor não pode nos expulsar dela. Mas como disse ao senhor, dentro de quinze dias eu terei uma resposta para lhe dar.

Malaquias, querendo evitar uma situação adversa aos seus interesses, aquiesceu e se despediu, querendo transparecer estar agindo de forma amigável e buscando uma solução sem violência. Mas era apenas uma forma de tentar cooptar um possível aliado para seu intento. Caso isso não fosse possível, já tinha tomado sua decisão: expulsaria a todos e queimaria suas casas e roças, e a terra seria dele.

Antenor, embora transparecesse tranquilidade, ficou apavorado. Relatou o sucedido à esposa, aos filhos, irmãos e vizinhos. Informou a todos do risco de serem expulsos e perderem tudo o que tinham construído até então. A notícia espalhou-se rapidamente. Toda a comunidade entrou em pânico e só se falava sobre isso. Cada vez mais aturdidos, perguntavam-se sobre o que fazer para evitar a desgraça que se anunciava.

Loreto sugeriu reunir todas as famílias para discutirem, foi sua primeira ação como líder da comunidade. No dia marcado para a reunião, todos se apresentaram para pensar o que fazer. Mal começada a conversa, alguns mais afoitos e exaltados propuseram fazer uma emboscada a Malaquias no dia que voltasse para receber a resposta de seu Antenor. Assim se livrariam dele e da ameaça de perder o que tinham conquistado: terra, casas, roçados e a vida tranquila em liberdade. Num primeiro momento, a proposta ganhou força e já começaram a imaginar como a executariam. Havia quase um consenso que essa era a única forma de resolver a situação. Pensaram nas armas de que precisariam e não tinham, na forma de emboscar Malaquias e como se desfazer de seu cadáver. O medo e a ansiedade estavam cegando a todos e a solução para resistir se resumia numa única alternativa: matar Malaquias.

O velho Elias, irmão de Antenor, usando a experiência, a sabedoria e o respeito que todos lhe devotavam, pediu a palavra. Com a longa vivência de perseguição que os escravos libertos enfrentaram desde que se viram “libertos de sua condição de escravizados”, e pela experiência de ter passado por sucessivas expulsões e perseguições na luta pela sobrevivência, teceu algumas considerações.

Lembrou a toda a comunidade que, desde que tinham saído em busca de terra, depois de serem libertados, foram expulsos várias vezes antes de chegarem em Camba. Lembrou ainda que resistir emboscando o inimigo, talvez, não fosse a melhor alternativa. Já tinham feito isso antes e sempre acabaram expulsos de onde estavam por outros grileiros, e perderam amigos e parentes nesses conflitos. Pior que a expulsão era a morte de muitos companheiros. Lembrou que os senhores de terras, os grileiros, as autoridades e os políticos juntos eram mais fortes e se juntariam para atacá-los. Eles poderiam eliminar Malaquias, mas isso não seria a garantia de que não seriam expulsos. Precisavam buscar outra forma de evitar a tragédia que os ameaçava. Considerou, ainda, que Malaquias tinha sob seu comando um grupo grande de jagunços e pistoleiros.

Mesmo que fosse morto numa possível emboscada, seria vingado por eles, sem que se soubesse com que forma de crueldade.

Por fim, lembrou a todos os presentes que eles estavam em Camba havia quarenta anos. Ocupavam uma terra que encontraram livre e a escolheram para viver, criar seus filhos e ter liberdade. Não poderiam, agora, perder o que tinham conquistado. Pediu calma e afirmou que, talvez, a melhor forma de se defenderem não era atacar ou tentar matar o grileiro. Precisavam buscar outras formas de se manter na terra em que estavam.

As considerações de seu Elias, embora prudentes e alertando para a necessidade de preservarem suas vidas, bem como as terras e os roçados, não foram muito bem aceitas pelos que tinham proposto emboscar o grileiro. Houve um início de tumulto e a insistência de fazer crer que a única alternativa possível era a eliminação de Malaquias.

Diante do impasse, Elias propôs que a reunião fosse interrompida e retomada no dia seguinte. Propôs, ainda, que daí em diante a coordenação de todas as atividades fossem conduzidas por Loreto, que tinha sido eleito líder da comunidade, com o assassinato de seu pai Raimundo. Mesmo com a resistência e o desagrado de alguns, prevaleceu a proposta de suspender a reunião e voltarem no dia seguinte.

CAPÍTULO 4

Camba resistirá

Loreto, presente à reunião, se viu jogado de vez para dentro do turbilhão que envolvia o povoado. Nascido e criado em Camba, nunca tinha vivido qualquer situação como aquela, já que o povoado gozava de estabilidade e paz até a chegada de Malaquias e o assassinato de seu pai. Sem experiência e vivência com o exercício da liderança que passou a ocupar, ficou atordoado. Voltando para casa, o desespero bateu forte. Pensou em abandonar a luta e a primeira reação foi tentar buscar sossego no sono. A noite ia passando e o sono não chegava; pelo contrário, ele ficava cada vez mais desperto e confuso. Ao raiar do dia e sem ter conseguido pensar em nada que o pudesse ajudar, foi em busca de socorro.

Seu Elias também não tinha conseguido dormir. Apesar de não ter concordado com a ideia de emboscar Malaquias, não lhe ocorreu, durante